



Simulado Especial **CGU**

Auditor Federal de Finanças e Controle

Área: Correição E Combate À Corrupção

Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado Especial CGU – Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle – Área: Correição E Combate À Corrupção

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da CGU;
- 2 – A prova contém **110 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 05 alternativas;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK –

<https://bit.ly/Simulado-CGU-Correição-E-Combate-à-Corrupção-27-02-22>

01 – A B C D E 23 – A B C D E 45 – A B C D E 67 – A B C D E 089 – A B C D E
02 – A B C D E 24 – A B C D E 46 – A B C D E 68 – A B C D E 090 – A B C D E
03 – A B C D E 25 – A B C D E 47 – A B C D E 69 – A B C D E 091 – A B C D E
04 – A B C D E 26 – A B C D E 48 – A B C D E 70 – A B C D E 092 – A B C D E
05 – A B C D E 27 – A B C D E 49 – A B C D E 71 – A B C D E 093 – A B C D E
06 – A B C D E 28 – A B C D E 50 – A B C D E 72 – A B C D E 094 – A B C D E
07 – A B C D E 29 – A B C D E 51 – A B C D E 73 – A B C D E 095 – A B C D E
08 – A B C D E 30 – A B C D E 52 – A B C D E 74 – A B C D E 096 – A B C D E
09 – A B C D E 31 – A B C D E 53 – A B C D E 75 – A B C D E 097 – A B C D E
10 – A B C D E 32 – A B C D E 54 – A B C D E 76 – A B C D E 098 – A B C D E
11 – A B C D E 33 – A B C D E 55 – A B C D E 77 – A B C D E 099 – A B C D E
12 – A B C D E 34 – A B C D E 56 – A B C D E 78 – A B C D E 100 – A B C D E
13 – A B C D E 35 – A B C D E 57 – A B C D E 79 – A B C D E 101 – A B C D E
14 – A B C D E 36 – A B C D E 58 – A B C D E 80 – A B C D E 102 – A B C D E
15 – A B C D E 37 – A B C D E 59 – A B C D E 081 – A B C D E 103 – A B C D E
16 – A B C D E 38 – A B C D E 60 – A B C D E 082 – A B C D E 104 – A B C D E
17 – A B C D E 39 – A B C D E 61 – A B C D E 083 – A B C D E 105 – A B C D E
18 – A B C D E 40 – A B C D E 62 – A B C D E 084 – A B C D E 106 – A B C D E
19 – A B C D E 41 – A B C D E 63 – A B C D E 085 – A B C D E 107 – A B C D E
20 – A B C D E 42 – A B C D E 64 – A B C D E 086 – A B C D E 108 – A B C D E
21 – A B C D E 43 – A B C D E 65 – A B C D E 087 – A B C D E 109 – A B C D E
22 – A B C D E 44 – A B C D E 66 – A B C D E 088 – A B C D E 110 – A B C D E

LÍNGUA PORTUGUESA

Janaína Arruda

Texto 1

A Anvisa aprovou nesta quarta-feira (23) o segundo autoteste para Covid-19 do país. O autoteste COVID Ag Detect será fabricado no Brasil pela empresa Eco Diagnóstica Ltda. Ele foi desenvolvido para uso de amostra obtida por swab nasal não profundo e fornece o resultado após 15 minutos.

01. Considerando a estrutura geral do texto 1, o último período tem a função de:

- a) Destacar a credibilidade do novo teste
- b) Indicar a finalidade e tempo para o resultado
- c) Mostrar a eficácia do novo teste
- d) Apontar os criadores do novo teste
- e) Exemplificar o uso do teste

Texto 2

O cavaleiro chegara montado em uma cela de couro legítimo. Buscava encontrar seu alçoz ainda durante a madrugada. Dirigiu-se à entrada da fazenda e não cumprimentou o tratador de animais, pois não queria olhar para ele naquela situação.

02. No texto 2 há a ocorrência de dois vocábulos que poderiam ser confundidos com seus parônimos: cavaleiro/cavalheiro, cumprimento/comprimento. Além de um homônimo: sela/cela. A frase abaixo em que o vocábulo destacado está bem empregado é:

- a) O gatuno foi preso em fragrante.
- b) Este ano votarei na sessão 45.
- c) As tropas aliadas infligiram baixas ao inimigo
- d) O nadador começou a emersão em águas litorâneas.

03. É de praxe a visita ao passo municipal.

03. Todos os segmentos textuais abaixo exemplificam o discurso argumentativo; o segmento em que a argumentação se apoia sobre um exemplo é:

- a) Se você ama a sua vida, trate-a com zelo e preserve boas amizades.
- b) O professor nunca apresenta uma ideia sem respaldo técnico, ele busca estabelecer sentidos a partir de seu conhecimento
- c) A literatura é capaz de formar ou deformar homens, como já dizia Cândido
- d) Os especialistas não conhecem todas as partes da experiência, lembre-se de que são apenas especialistas em uma área
- e) Os médicos não escrevem como deveriam; fui ao clínico e saí sem entender a receita.

04. "Meu filho estudou a vida inteira em escola pública, mesmo quando eu tinha condições de pagar por uma aula particular. Isso prova que escola pública forma excelentes alunos".

O problema da tese defendida nesse texto é o que ela:

- a) se apoia sobre um caso particular, não representativo;
- b) se fundamenta num princípio universal que é aplicado a um caso particular;
- c) se estrutura a partir de uma analogia, partindo de um terreno conhecido para um desconhecido;
- d) não se apoia em fatos para a defesa da tese, tornando-a, por isso mesmo, muito debilitada;
- e) se ancora em um testemunho de autoridade.

05. Observe o segmento de texto abaixo, retirado de um jornal carioca:

“No túnel Rebouças, a quantidade de *motoboys* é imensa e os motoristas devem ter atenção redobrada para que não ocorram graves acidentes.” A palavra *motoboys* é um estrangeirismo de amplo emprego na língua portuguesa, assim como todos os que estão destacados nas frases abaixo; a opção em que o estrangeirismo empregado tem um substituto adequadamente indicado é:

- a) João é um legítimo *fan* de jogos medievais / ídolo.
- b) A entrega *delivery* deve ser feita sem atrasos / rápida
- c) Meu trabalho em *homeoffice* me deixa exausto / informal
- d) Ele abou perdendo o *time* e não respondeu ao chefe / compromisso
- e) Vou fazer o *check-in* e encontro vocês no saguão / dar entrada

06. Todas as frases abaixo foram retiradas de um relatório de seguranças de um shopping; a única opção em que NÃO ocorre nenhuma impropriedade léxica, ou seja, mau emprego de vocábulos, é:

- a) As vítimas não tinham escolha: ou eram levadas para o hospital ou eram atendidas no mesmo local
- b) Graças à chuva, a cidade foi alagada e muitas pessoas perderam tudo
- c) João cometeu uma ação heroica ao salvar a criança.
- d) A enorme bandeira foi hasteada em homenagem aos soldados.
- e) Os homens acamados gozam de má saúde em decorrência dos ferimentos.

07. Em todas as opções abaixo há uma sequência de adjetivos que expressam uma mesma ideia; a opção em que esses adjetivos partem do mais para o menos intenso é:

- a) Lindo/ adorável / imbatível
- b) Remoto / distante / sozinho
- c) Educado / atencioso / gracioso
- d) Irado / raivoso / nervoso
- e) Afetuoso / carinhoso / sensível

08. Aponte na alternativa abaixo qual a oração em que o pronome relativo foi empregado de forma incorreta:

- a) As notas que me lembrei de lançar eram da disciplina mais importante.
- b) Aquela vista da qual vemos os prédios é a mais bonita.
- c) Os livros de cujas páginas me esqueci foi roubado ontem.
- d) As pessoas em quem acreditei não me deixaram dúvidas.
- e) Esse homem a que me referi estava esperando a companhia.

09.

Texto 3

Uma pesquisa de doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desenvolveu um novo método que pode contribuir para o tratamento do câncer no cérebro. O estudo da agora doutora Isadora Carvalho resultou na criação de um nanomaterial que pode ser adotado para a aplicação de medicamentos às células infectadas por tumores.

A pesquisa se preocupou em melhorar a chegada do fármaco ao local do tumor e causar menos efeitos colaterais. O tratamento de câncer provoca muitos efeitos colaterais nos pacientes, sendo muitas vezes bastante agressivo.

O dispositivo foi criado para transportar dois remédios utilizados no tratamento do câncer de cérebro, KLA e doxorrubicina. Foram feitos testes bem-sucedidos in vitro, aqueles que não envolvem pessoas.

Nesses ensaios, o nanomaterial atacou células tumorais sem danificar as células saudáveis. Quando o material entra na célula a medicação é liberada. Outro efeito do dispositivo foi iluminar com fluorescências as áreas atingidas. Isso permite formar uma bioimagem e visualizar onde está cada componente na célula. Isadora Carvalho afirma que melhorias para a vida podem ser alcançadas em breve.

O segmento desse texto cujo vocabulário pertence a um campo semântico sem relação com o científico é:

- a) um novo método que pode contribuir para o tratamento do câncer no cérebro
- b) Isadora Carvalho afirma que melhorias para a vida podem ser alcançadas em breve
- c) O estudo da agora doutora Isadora Carvalho resultou na criação de um nanomaterial

d) A pesquisa se preocupou em melhorar a chegada do fármaco ao local do tumor e causar menos efeitos colaterais

e) Quando o material entra na célula a medicação é liberada

10. Todas as frases abaixo foram reescritas na forma negativa, mantendo-se o sentido original; a forma adequada de reescrita está na frase:

- a) O medicamento falhou / o medicamento não se desenvolveu
- b) As células foram eliminadas / As células não foram usadas.
- c) Proibiram a pesquisa em humanos / A pesquisa em humanos não foi autorizada
- d) A pesquisa permanece em espera / A pesquisa não foi continuada
- e) Os médicos descobriram entraves / Os médicos não acertaram os métodos.

11. A frase abaixo que, ao contrário das demais, só traz dados objetivos, sem a participação do enunciador, é:

- a) O desempenho dos pesquisadores foi excepcional
- b) É triste que tenha acabado a pesquisa
- c) De acordo com o que creio, esse dado está errado
- d) Você não passa de um médico medíocre
- e) Os médicos criaram a fórmula e estão felizes com isso.

12. Todas as frases abaixo mostram uma comparação; a que mostra uma expansão da comparação inicial para outra comparação é:

- a) Assim como a mosca morta produz mau cheiro e estraga o perfume, também um pouco de insensatez pesa mais que a sabedoria e a honra.
- b) Mesmo quando anda pelo caminho, o tolo age sem o mínimo bom senso e mostra a todos que não passa de um tolo.
- c) Se a ira de uma autoridade se levantar contra você, não abandone o seu posto; a tranquilidade evita grandes erros.
- d) Tolos são postos em cargos elevados, enquanto ricos ocupam cargos inferiores.
- e) Tenho visto servos andando a cavalo, e príncipes andando a pé, como servos.

13. Observe o primeiro parágrafo do texto 3. A afirmação abaixo que está em desacordo com os componentes desse parágrafo é:

- a) O uso de parênteses se justifica por apresentar a sigla que corresponde à universidade.
- b) O método para o tratamento de câncer no cérebro é a solução para o problema do câncer.
- c) A expressão “no cérebro” desempenha a função de locução adverbial de lugar.
- d) Isadora Carvalho não era doutora antes da pesquisa na UFMG.
- e) A expressão “na criação de um nanomaterial” funciona como complemento do verbo “resultou”.

14. Todas as frases abaixo são construídas por dois segmentos; a frase em que a troca de posição dos segmentos mostra inadequação é:

- a) O primeiro ponto para estudar é ter boa vontade
- b) Somos aquilo que não aparentamos e aparentamos aquilo que não somos
- c) Constantemente acordo e faço minha revisão de conteúdo
- d) O que precisamos estudar aprendemos estudando
- e) O pensador reflete, o tapado fala sem parar

15. O dicionário de Antônio Houaiss traz um grande número de definições de vocábulos; quase todas essas definições começam por um termo geral (hiperônimo). A definição abaixo, retirada desse dicionário, em que o termo geral destacado foi bem selecionado é:

- a) anel – aro ou fita circular com que se cinge ou segura alguma coisa
- b) bioco – vestimenta, espécie de mantilha usada pelas mulheres para cobrir a cabeça
- c) cacumbi – cesto de pesca oblongo, cumprido e afunilado, feita de ripas
- d) elenco – lista, catálogo, tábua de enumeração
- e) floco – pequena massa pouco densa de neve, nuvem, bruma.

LÍNGUA INGLESA

William Magalhães

16. FGV – 2008 – Senado Federal – Analista de Sistemas

TEXT I

Information governance – more than a guiding force?

Corporate attitudes to information governance are changing. The exponential growth of information that is created and cultivated within a business has in many ways become as much a liability as it has an asset.

5 Regulatory fines, internal fraud, and class action lawsuits, unexpected personal data leaks and loss can cost a business millions, and impact the corporate brand with a backlash of public opinion which can devastate a company for years and in some cases, such as that of Arthur Andersen, the damage can 10 be irreversible.

In the corporate world these days the smoking gun is often found on a server and that is where the regulator has learned to look.

The two extreme policies of keeping everything, or 15 alternatively keeping nothing, are in most industries now illegal and certainly out of date. While we may long for the days when a midnight e-mail from IT could kindly ask employees to clean up their network folders, stop using personal hard drives, or refrain from deleting germane files needed in a legal 20 case, organisations are recognising that the potential damage from rogue (or uninformed) employees far outweighs reliance on principle alone.

(www.ft.com/cms/s/0/0199be44-7e78-11dd-b1af-000077b07658.s01=1.html
 retrieved on September 23rd, 2008)

If a fact "outweighs" (line 21) another one, it is

- a) less confusing.
- b) more significant.
- c) more accidental.
- d) less transparent.
- e) more deceiving.

17. FGV – 2008 – Senado Federal – Administrador

Meet the new neighbours

The empty house, in a middle-class corner of southern California, is two storeys high and boasts a three-car garage. Roses bloom around a kidney-shaped swimming pool, which is green with algae. Bill Bobbitt, a county inspector, dips a 5 ladle into the water and brings up half a dozen wriggling larvae. Mosquitoes, and the West Nile virus that some of them carry, are thriving in California's plunging property market.

West Nile virus arrived in America in 1999 and made it to California three years later. Since then it is known to have 10 infected 2,300 people in the state, of whom 76 have died... In theory, owners are supposed to keep their properties in decent shape whether they live there or not. California has even passed a bill fining banks and mortgage companies that 15 seize properties and then allow pools to fester. But Mr. Bobbitt isn't waiting for the lawyers. He has treated the pool in Santa Ana with oil and synthetic growth hormones, which will keep the mosquitoes adolescent, preventing breeding. Then he tips in a few dozen mosquito fish (*Gambusia affinis*), which begin 20 a lawyer charges per hour, and some authorities, with commendable creativity, even provide them free to help control the pests.

(from The Economist, August 2d, 2008, p. 34)

The tone of the title is

- a) tragic.
- b) sympathetic.
- c) ironic.
- d) wailing.
- e) enthusiastic.

Simulado Especial CGU – Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle - Área: Correição E Combate À Corrupção –
 Pós-Edital – 27/02/22

18. FGV – 2008 – Senado Federal – Técnico Legislativo – Administração

Read text I and answer questions 31 to 35.

**Nutrition and Older Persons in Brazil:
 A Human Rights Perspective**

Brazil, along with many other countries in the developing world, faces an epidemiological transition in a scenario characterized by gross fertility rates as low as 2.3 and a continually rising life expectancy to 67 years (63 for men and 71 for women). On the one hand, this is good news; on the other hand, however, it translates into a fast-growing older population which presents society with major social challenges. Foremost among these challenges is to guarantee that older persons have access to adequate food and nutrition – their basic and fundamental human right.

(<http://www.unsystem.org/scn/archives/scnnews19/ch20.htm>)

The news reported is

- a) Mostly irrelevant.
- b) both good and bad.
- c) neither fresh nor old.
- d) totally unwelcome.
- e) definitely reassuring.

19. FGV – 2008 – Senado Federal – Técnico Legislativo – Administração

Department of Sociology

Sociology is the study of the way humans influence each other through groups, organizations, and societies. Sociologists investigate social change as well as the causes and consequences of human behavior in a variety of contexts, from families to political movements to hospitals. Often combining scientific and humanistic perspectives, sociologists analyze survey data, carry out in-depth interviews, ethnographic studies and content analyses. The Sociology major at Pomona College emphasizes social theory and research, culminating in the senior exercise, which allows each student to carry out an original research project with the advice of one or two faculty members.

Many sociology majors are able to study abroad for a semester during their junior year, for example, in Spain, Brazil, Greece, South Africa, and the Dominican Republic.

(<http://www.sociology.pomona.edu>)

The verb form in “Many sociology majors are able to...” (line 13) can be replaced by

- a) must.
- b) should.
- c) will.

d) could.

e) can.

20. FGV – 2008 – Senado Federal – Policial Legislativo Federal

Read the following text and answer questions 31 to 40.

Politics of the Police, Third Edition

The threefold structure of this book describes the history of the police, the sociology of policing, and the law and politics of the police. The introduction of this book distinguishes between who the police are and what policing is in the United Kingdom. The term 'police' refers to a particular kind of social institution, while 'policing' implies a set of processes with specific social functions. The idea of policing is an aspect of the more general concept of social control. Part 1 provides interpretations of police history, the orthodox story of policing, the revisionist account, and a critique and synthesis. The establishment of the police was a painful process, which produced resistance and hostility. In the late 18th and early 19th centuries the police idea was fiercely contested. Part 1 details the rise and fall of police legitimacy from 1856 to 1991. This includes the depoliticization of the police from 1856 to 1959, and the politicization of the police since 1959. Part 2 considers the knowledge gained by studies of police culture and work. An understanding of how police officers see the social world and their role in it is important to an analysis of what they do. The core characteristics of cop culture, social research and police practice, and the media presentation of policing are described. Part 3 describes police powers and accountability. The last two decades have seen profound changes in the legal and constitutional status of the police. Their powers and accountability have been transformed by a set of overt changes in statute and case law, and by covert changes in policy and practice. The new millennium of policing, the cycles of reform, the British New Labour Government and policing, and the limits of police reform and policing are discussed.

(from <http://www.ncirs.gov/App/Publications/abstract.aspx?ID=201840>, retrieved on September 23rd, 2008)

The underlined word in “a particular kind of social institution” (lines 5 and 6) means the institution is

- a) specific.
- b) private.
- c) sophisticated.
- d) public.
- e) national.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Rodrigo Rennó

21. Na elaboração do planejamento estratégico de um órgão público, os responsáveis pela condução do trabalho estão desempenhando a etapa conhecida por definição da missão.

Assinale a opção que apresenta as características dessa etapa.

- a) Apresentação dos princípios e crenças basilares do órgão.
- b) Panorama dos desafios e oportunidades vigentes no setor.
- c) Exposição das forças e fraquezas valorizadas pelo órgão.
- d) Declaração da posição almejada pelo órgão no futuro.
- e) Descrição da razão de existência do órgão.

22. Cláudia está supervisionando o setor de produção e está preocupada com o ritmo de produção no próximo mês. O problema é que será necessário começar um programa de manutenção preventiva nas máquinas e talvez a produção seja paralisada por alguns dias. Esse programa é um tipo de controle:

- a) posterior.
- b) ex-post.
- c) simultâneo.
- d) ex-ante.
- e) de processos.

23. A prefeitura de Piraporinha decidiu construir uma estrada de 100km ligando o município à capital do estado. Depois de 2 anos, o prazo estimado das obras, foram construídos apenas 70km, mas foram investidos na obra apenas 100 milhões dos 200 milhões estimados para a finalização da obra. Diante deste cenário, entende-se que a atuação da prefeitura foi:

- a) eficiente, dado que usou bem seus recursos originalmente disponíveis, mas ineficaz.
- b) efetivo, na medida em que atingiu seus objetivos, ainda que com relação inadequada entre os insumos e o produto final.
- c) eficiente e eficaz, na medida em que cumpriu as entregas, falhando apenas no quesito economicidade.
- d) eficaz, na medida em que usou adequadamente os recursos financeiros disponíveis.
- e) ineficiente, pois, não obstante tenha atingido os objetivos preconizados, não fez uso adequado dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

24. O diagnóstico estratégico pode ser considerado uma das etapas do Planejamento Estratégico da organização, sendo a análise SWOT uma das ferramentas mais utilizadas. De acordo com a SWOT, é considerada variável analítica não controlável pela organização:

- a) seus recursos humanos.
- b) política de preços.
- c) crescimento do PIB.
- d) capacitação dos membros da organização.
- e) custos indiretos.

25. Ao utilizar a ferramenta PDCA no seu órgão, Juscelino já mediou o resultado da ação implementada e está na fase de atuar corretivamente no que não funcionou bem. Podemos dizer que ele está na etapa de:

- a) Plan.
- b) Do.
- c) Check.
- d) Act.
- e) Learn.

26. Uma das iniciativas do Governo Federal é a de interoperar os sistemas do Governo federal, de forma que, no mínimo, novecentos serviços públicos contem com preenchimento automático de informações, até 2022. Esta iniciativa se insere no objetivo:

- a) Serviços públicos integrados.
- b) Acesso digital único aos serviços públicos.
- c) Serviços preditivos e personalizados ao cidadão.
- d) Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito do Governo federal.
- e) Identidade digital ao cidadão.

27. Um sistema de compras do Governo Federal envolve todos os potenciais vendedores em uma plataforma digital, reduzindo custos para o governo e possibilitando uma maior concorrência nos processos licitatórios. Esse sistema se insere no relacionamento:

- a) G2G
- b) G2B
- c) G2C
- d) B2B.
- e) C2C.

28. A política brasileira tem uma herança muito forte do clientelismo, que poderia ser descrito como:

- a) a ideologia do individualismo centrada em arranjos políticos verticalizados
- b) a visão humanista e pluralista como mediação da relação entre o Estado e os grupos sociais vulneráveis
- c) a repressão aos movimentos sociais para manter o controle político
- d) a fragilidade do Estado diante dos grupos políticos poderosos e das grandes corporações
- e) um relacionamento informal baseado na troca de favores, serviços e bens por voto e/ou apoio político

29. Tendo em vista a intermediação de interesses, marque a alternativa INCORRETA:

- a) O clientelismo, o corporativismo e o neocorporativismo são meios utilizados pelos governos para obtenção de apoio, com vistas a aumentar sua legitimidade.
- b) No neocorporativismo ou corporativismo societal as entidades privadas conquistaram o direito de participar do processo decisório.
- c) No neocorporativismo ou corporativismo societal, as entidades privadas foram criadas e reguladas pelo Estado.
- d) O corporativismo é utilizado para remover ou neutralizar conflitos econômicos relacionados à concorrência de mercados, conflitos sociais relacionados à luta de classes e conflitos políticos relacionados a divergências partidárias.
- e) O clientelismo consiste em uma ação entre desiguais em que um é o patrão e os demais, clientes.

30. O conceito de _____ corresponde às condições substantivas e materiais de exercício do poder e de legitimidade do Estado e do governo derivadas de sua postura diante da sociedade civil e do mercado. Assinale a alternativa que corretamente completa a frase:

- a) Governança.
- b) Accountability.
- c) Governabilidade.
- d) Corporativismo.
- e) Clientelismo.

- b) programática.
- c) de eficácia limitada, de princípio institucional;
- d) de eficácia variável;
- e) de eficácia contida.

33. A República Federativa do Brasil celebrou tratado internacional sobre Direitos Humanos. A respeito da incorporação desse tratado à ordem jurídica interna, é correto afirmar, considerando a sistemática estabelecida na Constituição da República, que ele equivalerá

- a) sempre à lei ordinária.
- b) sempre à lei complementar.
- c) sempre à emenda constitucional.
- d) a emenda constitucional, se cada Casa do Congresso aprová-lo, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros.
- e) a emenda constitucional, se cada Casa do Congresso aprová-lo, em dois turnos, por dois terços dos votos dos membros.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

31. As opções a seguir apresentam Princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Prevalência dos Direitos Humanos
- b) Autodeterminação dos povos.
- c) Solução impositiva de conflitos.
- d) Igualdade entre os Estados.
- e) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.

32. Éverson, Deputado Federal, solicitou à sua assessoria jurídica um parecer a respeito da aplicabilidade do disposto no art. 5º, XIII, da Constituição Federal de 1988, que assegura, aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, o livre “exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. De acordo com sua assessoria, esse tipo de comando, que dispõe sobre a possibilidade de o seu alcance ser restringido pela legislação infraconstitucional, é considerado uma norma:

- a) de eficácia plena.

34. Dentre os direitos sociais dos trabalhadores, previstos na Constituição, não se inclui

- a) a participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração.
- b) duração do trabalho não superior a 40 horas semanais.
- c) a proibição de diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- d) a proibição de trabalho noturno a menores de 18 anos.
- e) a extensão do fundo de garantia do tempo de serviço ao empregado rural.

35. Assinale o cargo que não é privativo de brasileiro nato.

- a) Carreira diplomática.
- b) Ministro de Estado da Defesa.
- c) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Presidente da Câmara dos Deputados.
- e) Oficial das Forças Armadas.

36. Assinale a alternativa que apresenta hipótese de suspensão dos direitos políticos.

- a) Incapacidade civil absoluta
- b) Cancelamento da naturalização por sentença, ainda que não transitada em julgado.
- c) Condenação em ação popular.
- d) Qualquer condenação criminal.
- e) Prisão do cidadão.

37. Na sistemática constitucional, existem matérias que podem ser disciplinadas por leis da União, dos Estados e do Distrito Federal. Nesse caso, a União se limita à edição de normas gerais. Trata-se de competência legislativa:

- a) concorrente;
- b) privativa;
- c) exclusiva;
- d) livre;
- e) partilhada.

38. Em relação ao concurso público para ingresso na Administração Pública, a Constituição da República estabelece que:

- a) o prazo de validade do concurso público é de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- b) a investidura em cargo efetivo ou em comissão depende de aprovação prévia em concurso público, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo;
- c) as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- d) os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, e destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, recaendo exclusivamente sobre funcionários não concursados;
- e) é imprescindível a realização de concurso público para contratação por tempo determinado com objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

39. Os Tribunais do Poder Judiciário da União devem prestar contas ao Tribunal de Contas da União – TCU. Nos termos da Constituição Federal, as decisões do TCU de que resultem imputação de débito ou multa terão eficácia de:

- a) precatório.
- b) título executivo.
- c) título administrativo.
- d) dívida tributária.
- e) operação de crédito.

40. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, ele será submetido a julgamento perante o:
- a) Supremo Tribunal Federal, quando tratar de crime de responsabilidade.
 - b) Senado Federal, quando tratar de crime de responsabilidade.
 - c) Congresso Nacional, quando tratar de crime de responsabilidade.
 - d) Senado Federal, quando tratar de infração penal comum.
 - e) Congresso Nacional, quando tratar de infração penal comum.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

41. Doquinha, servidor e diretor de certa repartição pública, resolveu anular ato administrativo em virtude de vício em um de seus requisitos. Coxinha, atingido pela anulação do ato, contestou o acontecimento, argumentando ser situação que ensejava convalidação e não de anulação do ato administrativo. Subsequentemente, provou-se que Coxinha estava correto. Na situação descrita, o ato administrativo em questão continha vício de

- a) objeto, por estar em desacordo com o previsto na legislação.
- b) competência, visto que o ato não versava sobre competência exclusiva.
- c) finalidade, haja vista ter sido empregada finalidade incompatível com o interesse público.
- d) motivo, pois está descrita situação não ocorrida.
- e) forma, pois é considerada imprescindível à existência do ato.

42. Coxinha, servidor público de determinada autarquia federal, ausentou-se, de maneira intencional, por quarenta e cinco dias consecutivos do serviço e, por conta disso, aplicou-se-lhe a pena de demissão, após regular processo administrativo disciplinar. Contudo, Coxinha solicitou a revisão da decisão proferida, baseando-se em fatos novos ocorridos posteriormente ao julgamento. À luz da Lei nº 8.112/1990, o processo de revisão
- a) não exige a constituição de comissão, por possuir procedimento diferente do processo originário.
 - b) processar-se-á nos próprios autos do processo disciplinar que deu origem à penalidade, mediante desarquivamento e reabertura.
 - c) deverá ser julgado no prazo máximo de trinta dias, a contar do recebimento do processo.
 - d) transposta o ônus da prova para a Administração, tendo em vista que esta aplicou a penalidade sem observância das formalidades essenciais.
 - e) deverá ser julgado pela mesma autoridade que aplicou a penalidade.

43. Doquinha é proprietário de um estabelecimento na praia de Fabianópolis, no qual comercializa diversos produtos alimentícios, como coxinhas, pasteis e espetinhos de carne. A atividade de Doquinha é a única fonte de renda de sua família, composta por sua esposa e cinco filhos. Após o recebimento de denúncia, agentes de fiscalização dirigiram-se ao estabelecimento de Doquinha e um dos fiscais percebeu que uma das luvas descartáveis, utilizadas por ele para manusear os alimentos, possuía um pequeno furo. Por conta disso, o fiscal procedeu à interdição permanente do estabelecimento, alegando que apresentava grave risco à população que o frequentava. Diante da situação descrita, assinale a assertiva correta em relação aos princípios aplicáveis à Administração Pública.

- a) No caso em análise, violou-se o princípio da eficiência, pois, ao aplicar a penalidade de interdição, o agente desconsidera as consequências financeiras decorrentes desta.
- b) No caso em análise, violou-se o princípio da legalidade, haja vista que não é impetrado um processo judicial que assegure ampla defesa ao proprietário do estabelecimento.
- c) No caso em análise, violou-se o princípio da razoabilidade, pois foi aplicada penalidade que não guarda proporcionalidade adequada à situação.
- d) No caso em análise, violou-se o princípio da impessoalidade, visto que o agente aplica a penalidade por considerar que a condição social do comerciante não retornaria em grandes tributos ao Município.
- e) No caso em análise, violou-se o princípio da segurança jurídica, pois a aplicação da penalidade não é derivada de prévio processo administrativo, em que se assegure o contraditório ao comerciante.

44. A respeito da Organização da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) A criação de autarquia poderá ser proposta por membro do Congresso Nacional, cuja discussão e votação do projeto deverá ser iniciada no Senado Federal.
- b) A distribuição de competências entre órgãos subordinados a determinado Ministério caracteriza espécie de descentralização.
- c) Na descentralização por colaboração apenas a execução do serviço público (e não a sua titularidade) é transferida pela Administração Pública para outra pessoa jurídica.
- d) A descentralização é distribuição interna de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- e) Sociedade de Economia Mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União.

45. A atuação do agente público na materialização das atividades administrativas não pode se pautar em sua vontade pessoal. É necessário que os atos e condutas provenientes dos agentes públicos sejam pautados na lei e amparados por uma fundamentação fática e jurídica que permita o respectivo controle e fiscalização.

A respeito do controle na administração pública, assinale a opção correta.

- a) Os recursos hierárquicos próprios são aqueles dirigidos a autoridades ou órgãos imediatamente superiores aos responsáveis pelo ato ou decisão impugnados.
- b) A propositura de recursos hierárquicos impróprios independe de expressa previsão legal, já que não existe relação de hierarquia entre os órgãos ou autoridades que analisarão o pedido de reapreciação da decisão ou ato praticado.
- c) Ao Tribunal de Contas da União compete o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- d) As empresas públicas não estão sujeitas a controle externo exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- e) O Tribunal de Contas da União não está autorizado a apreciar à constitucionalidade de leis e atos do Poder Público, visto que se trata de atribuição dos órgãos do Poder Judiciário.

46. À luz da Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção que contempla hipótese na qual a licitação é inexigível.

- a) Para contratação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- b) Para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- c) Para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.
- d) Para contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- e) Para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência.

47. Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018), assinale a opção correta.

- a) Os dados anonimizados serão considerados dados pessoais para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- b) Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades.
- c) É vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados na hipótese de a transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades.
- d) Visando à efetiva proteção dos dados, a autoridade nacional não poderá dispor sobre as formas de publicidade das operações de tratamento de dados pessoais.
- e) Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa não poderão ter acesso a bases de dados pessoais.

48. À luz da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012, assinale a opção correta.

- a) O serviço de busca e de fornecimento de informação depende de pagamento destinado a custear os serviços prestados pelo órgão fornecedor.
- b) Define-se como informação sigilosa aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem.
- c) É permitido ao agente público divulgar, permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal.
- d) Admite-se a delegação da competência de classificação nos graus de sigilo secreto.

e) Autenticidade é qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

49. Com relação aos poderes da administração pública, julgue os itens seguintes.

- a) No exercício do poder de polícia, a autorização administrativa traduz-se em ato administrativo vinculado no qual a administração pública proporciona ao interessado a anuência para o exercício de determinada atividade.
- b) O desvio de finalidade é um tipo de abuso de poder no qual o agente opera excedendo sua competência e invadindo atribuições de outro agente.
- c) Está agindo no legítimo exercício do poder de polícia o agente que, no desempenho de suas funções, promove ato fiscalizatório em estabelecimento comercial e, caso verificada irregularidade, lavra auto de infração e impõe a respectiva multa.
- d) A Administração Pública pode se empregar do poder disciplinar, a fim de proceder à imposição de medidas cautelares, como a prisão de pessoas integrantes do seu quadro administrativo.
- e) Para que a administração pública promova a interdição de determinado estabelecimento que infrinja regulação específica, será necessária autorização judicial para tal.

<p>50. Acerca dos princípios aplicáveis à administração pública, assinale a alternativa correta.</p> <p>a) A necessidade de lei para a criação de entidades da administração indireta é manifestação do princípio da reserva legal.</p> <p>b) Por força do princípio da segurança jurídica, a prestação de serviços públicos deve ocorrer de forma contínua, não se permitindo, em regra, a interrupção ou suspensão daqueles considerados essenciais às atividades cotidianas da sociedade.</p> <p>c) O princípio da razoabilidade confere à administração pública o poder de revogar seus atos inoportunos ou inconvenientes e o dever de anular seus atos eivados de vícios que os tornem ilegais.</p> <p>d) O princípio da juridicidade determina que os atos da administração devem estar embasados na legalidade estrita.</p> <p>e) O princípio da legalidade, sendo responsável pela construção do ordenamento jurídico, é hierarquicamente superior aos demais princípios.</p> <p>51. Depois que a polícia foi acionada pelas vítimas de um delito de arrombamento em uma empresa, um veículo com dois policiais militares começou a procurar os suspeitos. Perto do local do arrombamento, a polícia avistou dois homens, que não apresentavam ter mais de vinte anos, com comportamento duvidoso, razão pela qual pediram que parassem. Um dos suspeitos, assustado, tentou escapar. Entretanto, tendo sido alvejado pela arma de um dos policiais táticos, veio a óbito. Ao verificar os bens do acidentado, foi desconsiderada qualquer atuação no roubo, pois ficou demonstrado que ele estava em outra área na hora do crime. Pelo relatório apresentado pelo policial a seus chefes, foi informado que o suspeito foi atropelado e veio a óbito. Contudo, alguém que estava próximo gravou toda a cena e posteriormente</p>	<p>encaminhou à corregedoria policial o arquivo com a gravação. Diante da situação narrada, é possível afirmar que</p> <p>a) não existem providências a serem tomadas oficialmente, tendo em vista que a filmagem divulgada é considerada prova ilegal. Além disso, para que houvesse alguma responsabilização seria necessária a demonstração de culpa dos policiais.</p> <p>b) o Estado pode ser responsabilizado objetivamente pelos danos causados em decorrência das falhas cometidas pelos policiais.</p> <p>c) os familiares da vítima devem requerer indenização do Estado, sob a condição de que promovam prévia anulação do processo administrativo onde consta o relatório e apuração do caso de roubo que culminou com a perseguição da vítima, a fim de suprimir a informação de que teria sido atropelado.</p> <p>d) o policial responderá subjetivamente perante a família da vítima, em ação judicial que deve ser proposta, no máximo, em 5 anos após o fato.</p> <p>e) por ter agido com dolo, o Estado e o policial respondem objetivamente pelos danos morais e materiais causados aos dependentes da vítima.</p>
--	---

Simulado Especial CGU – Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle - Área: Correição E Combate À Corrupção –
Pós-Edital – 27/02/22

<p>52. Acerca dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.</p> <p>a) De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não há garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de permissão de serviço de transporte público realizado sem prévia licitação.</p> <p>b) A exploração direta ou por meio de concessão dos serviços de gás canalizado é competência dos municípios.</p> <p>c) Ocorre a extinção automática da concessão ao término do prazo estabelecido no contrato. A essa causa de extinção dá-se o nome de encampação.</p> <p>d) Verifica-se a caducidade da concessão ao ocorrer a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão.</p> <p>e) Admite-se a interrupção do serviço, sem que haja aviso por parte do concessionário, caso este tenha perdido interesse em sua exploração econômica.</p> <p>53. Acerca da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.</p> <p>a) Admite-se a delegação de competência para a edição de atos de caráter normativo.</p> <p>b) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.</p> <p>c) Admitem-se no processo administrativo provas obtidas por meios ilícitos.</p> <p>d) O processo administrativo caracteriza-se pelo informalismo ou formalismo moderado, dispensando a solenidade e o rigor exacerbado na edição de seus atos.</p>	<p>e) Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, prescindindo-se de menção a data, prazo, forma e condições de atendimento.</p> <p>54. As entidades da Administração Pública podem ser instituídas com personalidade jurídica de direito público ou de direito privado. Podemos destacar como exemplo de entidade administrativa instituída com personalidade jurídica de direito público as</p> <p>a) empresas públicas.</p> <p>b) sociedades de economia mista.</p> <p>c) agências reguladoras.</p> <p>d) fundações instituídas com fundamento no art. 62 do Código Civil.</p> <p>e) organizações sociais.</p>
--	--

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

55. Na Lei Orçamentária Anual do Ente constou um artigo autorizando a contratação de operação de crédito por antecipação da receita, nos termos da lei.

Este caso constitui uma exceção ao descumprimento do princípio orçamentário da

- a) da exclusividade
- b) da não-vinculação da receita de impostos
- c) do orçamento bruto
- d) da universalidade
- e) da transparência

56. As afirmativas a seguir apresentam características da Lei do Orçamento Anual – LOA, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) será acompanhado de medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- b) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- c) Disporá sobre normas relativas ao controle de custos.
- d) compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da segurança social.
- e) conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas.

57. Um dos conteúdos previstos na LRF acerca da LDO refere-se à elaboração do anexo de riscos fiscais e do anexo de metas fiscais.

O anexo de metas fiscais, além de identificar metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, apresenta também informações relativas à (s)(ao):

- a) evolução do patrimônio líquido
- b) avaliação dos passivos contingentes
- c) demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas
- d) medidas de compensação a renúncias de receita
- e) medidas de compensação ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado

58. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a alternativa correta no que diz respeito ao planejamento do orçamento público e à execução orçamentária e cumprimento das metas.

- a) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei de diretrizes orçamentárias.
- b) A lei orçamentária anual, além das competências constitucionais, disporá também sobre critérios e formas de limitação de empenho.
- c) O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional.

<p>d) Até 60 dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.</p> <p>e) O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados semestralmente.</p>	<p>a) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações</p> <p>b) cumprimento das obrigações de accountability</p> <p>c) cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis</p> <p>d) salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e danos</p> <p>e) atestar o grau de eficácia dos negócios da entidade</p>
<p>59. Os montantes arrecadados dentro do exercício financeiro, que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, porém em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido, constituem receita</p> <p>a) corrente líquida</p> <p>b) de serviços</p> <p>c) patrimonial</p> <p>d) industrial</p> <p>e) de capital</p>	<p>61. Em relação às linhas de defesas da gestão previstas no Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, assinale a alternativa CORRETA:</p> <p>a) A segunda linha de defesa está situada no nível da gestão.</p> <p>b) A segunda linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos.</p> <p>c) A terceira linha de defesa deve guiar o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.</p> <p>d) A segunda linha de defesa contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio.</p> <p>e) A segunda linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.</p>

FUNDAMENTOS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna e Tonyvan Carvalho

60. Controles internos da gestão representam o processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações operacionalizados de forma integrada pela alta administração, pelos gestores e pelo corpo de servidores e empregados dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais serão alcançados, EXCETO:

62. A avaliação dos controles internos da gestão deve considerar os seguintes componentes: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e atividades de monitoramento. Nesse contexto, o componente do controle interno que representa um processo dinâmico e iterativo que visa a identificar, a analisar e a avaliar os riscos relevantes que possam comprometer a integridade da Unidade Auditada e o alcance das metas e dos objetivos institucionais:

- a) ambiente de controle
- b) avaliação de riscos
- c) atividades de controle
- d) informação e comunicação
- e) atividades de monitoramento.

63. A auditoria interna governamental é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos seguintes processos:

- a) de compliance, operacionais e financeiros
- b) de conformidade, operacionais e de controle interno
- c) de governança, estratégicos e de gerenciamento de riscos
- d) de governança, de gerenciamento de riscos e de conformidade
- e) de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

64. A avaliação que obtém e avalia evidências a respeito da eficiência e da eficácia das atividades operacionais de um objeto de auditoria, fornecendo análises objetivas para auxiliar a administração a melhorar seu desempenho e suas operações, reduzir custos, facilitar a tomada de decisões e de medidas corretivas pelas partes responsáveis. Esse tipo de avaliação é denominada:

- a) de Sistema
- b) de Desempenho
- c) Conformidade
- d) Compliance
- e) Financeira

65. O serviço de consultoria é uma atividade de auditoria interna governamental que consiste em assessoramento, aconselhamento e outros serviços relacionados fornecidos à alta administração com a finalidade de respaldar as operações da unidade. Os serviços de consultoria compreendem diversas atividades, dentre as quais se inclui:

- a) Compliance
- b) Conformidade
- c) Operacional
- d) Treinamento
- e) Financeira

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO: ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS E SISTEMAS ESTRUTURANTES

Herbert Almeida

66. Em relação às áreas de competência da Controladoria-Geral da União, nos termos da Lei nº 13.844/2019, assinale a opção correta:

- a) a CGU não possui competência para instaurar processos administrativos, mas somente para requisitar a instauração pela autoridade responsável, em caso de atrasos injustificados;
- b) no âmbito de sua competência, a CGU é competente para dar andamento a representações e a denúncias fundamentadas, relativas à lesão ou à ameaça de lesão ao patrimônio público.
- c) é vedada a avocação de processos em curso por parte da CGU e a aplicação de penalidades administrativas, mesmo nos casos em que haja omissão da autoridade competente, sob pena de o órgão de controle substituir o gestor em suas prerrogativas.
- d) é facultado à CGU instaurar processos de improbidade administrativa, independentemente da ocorrência de lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, em concorrência com a Advocacia-Geral da União.
- e) constitui área de competência da CGU a execução das atividades de controladoria no âmbito da administração pública federal, estadual e municipal.

67. O Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal foi instituído pelo Decreto nº 10.756/2021, trazendo conceitos, objetivos e competências importantes para serem aplicadas o âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Acerca desse Sistema, assinale a opção correta:

- a) plano de integridade é um conjunto estruturado de medidas institucionais para prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades e de outros desvios éticos e de conduta;
- b) o Sipef, apesar de coordenar e articular atividades relativas à integridade, não tem como objetivo o estabelecimento de padrões para as práticas e medidas de integridade;
- c) a Secretaria de Combate à Corrupção da Controladoria-Geral da União compõe o Sipef como órgão central;
- d) é competência das unidades setoriais do Sipef coordenar a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade;
- e) as unidades setoriais têm competência para realizar ações de comunicação e capacitação relacionadas à integridade.

<p>68. É competência da Ouvidoria-Geral da União, nos termos do Decreto nº 9.681/2018:</p> <p>a) subsidiar o Ministro de Estado na verificação da consistência dos dados contidos no relatório de gestão fiscal;</p> <p>b) fornecer informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da União;</p> <p>c) promover capacitação em temas relacionados às atividades de auditoria interna governamental, governança, gestão de riscos e controles internos;</p> <p>d) produzir estatísticas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo federal;</p> <p>e) monitorar e avaliar qualitativa e quantitativamente os processos de trabalho relativos às atividades de auditoria interna governamental e de controladoria realizadas no âmbito da Controladoria-Geral da União</p> <p>69. As atividades de correição do Poder Executivo Federal são organizadas sob a forma de Sistema, nos termos do Decreto 5.480/2005. Acerca desse Sistema, assinale a opção correta:</p> <p>a) o Sistema comprehende apenas atividades relacionadas à apuração de irregularidades, não alcançando as atividades de prevenção, dado o seu caráter repressivo e punitivo;</p> <p>b) o Corregedor Geral da União é responsável por coordenar as atividades a cargo da Controladoria-Geral da União, mas lhe compete a aplicação de sanções, uma vez que essa atribuição pertence ao Ministro da CGU;</p> <p>c) os instrumentos hábeis para realização da atividade de correição são a sindicância e o processo administrativo disciplinar, enquanto a investigação preliminar não é instrumento da atividade correicional, uma vez que não se destina à aplicação de sanções;</p>	<p>d) as unidades setoriais do Sistema não se sujeitam à orientação normativa do Órgão Central;</p> <p>e) a Controladoria-Geral da União integra o Sistema de Correição como órgão central, por meio da Corregedoria-Geral da União.</p> <p>70. O Decreto nº 9.492/2018, que institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal não se aplica:</p> <p>a) aos órgãos da administração pública federal direta;</p> <p>b) às entidades paraestatais que recebam recursos federais;</p> <p>c) às sociedades de economia mista que prestem serviços públicos;</p> <p>d) às empresas públicas e às sociedades de economia mista que explorem atividade econômica;</p> <p>e) às empresas estatais independentes.</p>
---	--

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

Fabiano Pereira, Mateus Atalano e Antônio Pequeno

71. Doquinha, empregado terceirizado de determinada autarquia federal, de maneira culposa, permitiu que seu colega, Coxinha, utilizasse, em uma obra particular, maquinário pertencente a entidade.

À luz da Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que Doquinha

- a) está sujeito, dentre outras, à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos até doze anos.
- b) não é considerado agente público para fins de aplicação da Lei nº 8.429/1992 e, por razão disso, não se sujeita às penas nela estabelecidas.
- c) não está sujeito à pena alguma, tendo em vista que a referida lei não admite a configuração de improbidade administrativa decorrente de conduta culposa.
- d) está sujeito, dentre outras penas, à perda da função e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por prazo de até catorze anos.
- e) está sujeito, dentre outras penas, à perda da função pública, cassação dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por prazo de até doze anos.

72. A expressão “processo” representa um conjunto lógico e sequencial de fatos e procedimentos adotados para se atingir um determinado objetivo. Em regra, essa expressão é utilizada para referir-se ao processo judicial, contudo na acepção da palavra “processo” surgem diversos gêneros, tal qual o processo administrativo, que pode ser entendido como o conjunto sequencial de atos administrativos necessários a produzir uma decisão referente a um conflito de natureza administrativa.

Acerca da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que

- a) um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- b) pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos.
- c) o prazo para a propositura do recurso administrativo é de cinco dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- d) a norma administrativa deve ser interpretada da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, sendo possível que uma nova interpretação seja aplicada a processos pretéritos.
- e) a lei do processo administrativo federal se restringe ao Poder Executivo.

73. Doquinha, cidadão do município de Fabianópolis, soube por meio de conhecidos que Coxinha, funcionário da prefeitura, ajudaria uma pessoa a passar no concurso público para ingressar na administração municipal, fornecendo-lhe informações privilegiadas que lhe dariam vantagem sobre os demais candidatos. Ao saber disso, Doquinha decidiu agir, porque não aceitava que isso acontecesse, até porque outros, como sua sobrinha, estavam estudando muito para serem aprovados no concurso público. Em razão disso, Doquinha procurou a autoridade administrativa competente para instaurar uma investigação de improbidade. Ele, então, redigiu e assinou sua representação, contendo a devida qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tinha conhecimento.

Com base na situação descrita, e nos termos da Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Caso seja comprovado, após o trânsito em julgado de sentença condenatória, que Coxinha agiu de maneira a obter proveito para a pessoa que recebeu a informação, uma das penas a que se sujeita é de suspensão dos direitos políticos por até doze anos.
- b) A representação deverá ser arquivada, visto que Doquinha não é parte legítima para promovê-la perante a Administração Pública.
- c) Coxinha pratica ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública e está sujeito, dentre outras penas, ao pagamento de multa civil de até vinte e quatro vezes o valor da remuneração que perceba, cuja execução só se dará após o trânsito em julgado de sentença condenatória.

d) O prazo de prescrição da ação que visa a aplicação de sanção a Coxinha é de cinco anos, contados a partir da ocorrência do fato.

e) Coxinha não pratica ato que configura improbidade administrativa, tendo em vista que não o faz com objetivo de lograr proveito próprio, não estando sujeito a nenhuma pena e, por conta disso, a autoridade deverá rejeitar o respectivo processo administrativo.

74. Acerca da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) É defeso o emprego das normas do processo administrativo federal, referentes ao prazo decadencial quinquenal para administração anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, no âmbito dos Estados e Municípios, ainda que de forma subsidiária.
- b) Salvo disposição legal específica, é de três dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- c) O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado, prejudicando o prosseguimento do processo.
- d) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até quinze dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- e) Os atos praticados anteriormente ao advento da Lei nº 9.784/1999 estão sujeitos ao prazo decadencial quinquenal, caso a Administração decida anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários.

Simulado Especial CGU – Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle - Área: Correição E Combate À Corrupção – Pós-Edital – 27/02/22

75. Acerca da decisão coordenada, instituto adicionado à Lei nº 9.784/1999 por meio da Lei nº 14.210/ 2021, é correto afirmar que

- a) decisão coordenada é a instância de natureza interinstitucional ou intersetorial que atua de forma compartilhada com a finalidade de simplificar o processo administrativo mediante participação concomitante ou não de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica.
- b) não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação.
- c) a decisão coordenada pode ser adotada quando houver a participação de dois ou mais órgãos, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- d) a decisão coordenada, por se tratar de instituto de participação de uma pluralidade de órgãos, não admite a participação de agentes externos, ainda que na forma de ouvintes.
- e) A decisão coordenada afasta a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida, visto que a decisão passa a ser conjunta e não mais somente de um único órgão ou autoridade.

76. Sobre a matéria de internalização de tratados ao ordenamento nacional, assinale a opção correta:

- a) O sistema de recepção de tratados internacionais previsto na Constituição Federal não acolhe o chamado princípio do efeito direto e imediato dos tratados ou convenções internacionais sobre Direitos Humanos.
- b) A extradição solicitada por Estado estrangeiro para fins de cumprimento de pena somente poderá ser deferida depois de internalizado o tratado de extradição firmado entre o Brasil e o respectivo Estado estrangeiro.
- c) Somente após ser aprovado em duplo turno de votação, nas duas casas do Congresso Nacional, seguido de publicação de Decreto Presidencial, poderá o Tratado Internacional adquirir validade no Direito brasileiro.
- d) Tratado internacional que verse sobre matéria que a Constituição brasileira reserva ao domínio da Lei Complementar poderá ter aplicabilidade interna, bastando que no ato de internalização seja observado o quórum de maioria absoluta previsto no artigo 69 da Constituição.
- e) Tratados que versem sobre concretização de Direitos Humanos no plano interno não podem ser objeto de denúncia pelo Estado Brasileiro, sob pena de violação ao postulado da proibição de retrocesso.

<p>77. Considerando-se a Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro, o conflito de leis, o reenvio e a interpretação do direito estrangeiro, assinale a opção correta.</p> <p>a) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir- se, não admitindo, porém, os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.</p> <p>b) As partes têm liberdade para escolher a lei de regência em contratos internacionais em razão da regra geral da autonomia da vontade, em matéria contratual. Nesse sentido, as leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, terão plena eficácia no Brasil, independentemente de qualquer condição ou ressalva.</p> <p>c) Entre as fontes do direito internacional privado incluem-se as convenções internacionais, o costume internacional e os princípios gerais do direito, mas não as decisões judiciais e a doutrina dos juristas, estas, somente obrigatórias para as partes litigantes e a respeito dos casos em questão.</p> <p>d) Embora entenda o STF que haja paridade entre o tratado e a lei nacional, esse tribunal firmou a tese de que, no conflito entre tratado de qualquer natureza e lei posterior, esta há sempre de prevalecer, pois a CF não garante privilégio hierárquico do tratado sobre a lei, sendo inevitável que se garanta a autoridade da norma mais recente.</p> <p>e) Para resolver os conflitos de lei no espaço, o Brasil adota a prática do reenvio, mediante a qual se substitui a lei nacional pela estrangeira, desprezando-se o elemento de conexão apontado pela ordenação nacional, para dar preferência à indicada pelo ordenamento jurídico alienígena.</p>	<p>78. Considerando-se o direito internacional privado, a remissão feita por lei estrangeira:</p> <p>a) não é de ser considerada quando se tiver que aplicá-la;</p> <p>b) é de ser considerada sempre em sua aplicação, sob pena de mutilar o elemento de qualificação;</p> <p>c) é de ser considerada em sua aplicação nos estritos limites da Lei de Introdução à Normas do Direito Brasileiro;</p> <p>d) só é de ser considerada quando a remissão for de 2.º grau, não, porém, quando for de 1.º grau.</p> <p>e) só é de ser considerada quando a remissão for de 1.º grau, não, porém, quando for de 2.º grau.</p> <p>79. A respeito dos tratados internacionais, conforme o previsto na Convenção de Viena de 1969, assinale a opção correta.</p> <p>a) Como regra, um Estado não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado, salvo na hipótese de violação manifesta a norma de direito interno de importância fundamental sobre competência para concluir tratados.</p> <p>b) A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, conceitua como tratado o acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido em conformidade com o direito internacional, desde que sua denominação se inicie por um dos seguintes termos: tratado, acordo ou pacto.</p> <p>c) A reserva significa uma declaração unilateral feita por um Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, com o objetivo de excluir ou modificar efeito jurídico de certas disposições de um tratado multilateral ou bilateral.</p> <p>d) Para que um tratado internacional entre em vigor é necessário que ele seja registrado na Secretaria das Nações Unidas.</p>
---	---

e) A superveniência de uma norma de *jus cogens* que esteja em conflito com um tratado acarretará a suspensão temporária das disposições ajustadas até que haja modificação do que tiver sido pactuado.

80. Sobre a aplicação de tratados internacionais com normas contraditórias entre si, aponte a afirmativa incorrecta:

- a) quando os dois tratados não têm como contratantes os mesmos Estados, estabelecendo-se entre um Estado parte em ambos os tratados e um Estado parte somente no tratado mais recente, aplica-se o mais recente.
- b) quando os dois tratados não têm como contratantes os mesmos Estados, estabelecendo-se entre um Estado parte em ambos os tratados e um Estado parte somente no tratado anterior, aplica-se o tratado anterior.
- c) entre os Estados parte nos dois tratados só se aplica o anterior no que ele não for compatível com o novo tratado.
- d) Quando todas as partes no tratado anterior são igualmente partes no tratado posterior, sem que o tratado anterior tenha cessado de vigorar ou sem que a sua aplicação tenha sido suspensa, o tratado anterior só se aplica na medida em que as suas disposições sejam compatíveis com as do tratado posterior.
- e) quando um tratado estipular que está subordinado a um tratado anterior ou posterior ou que não deve ser considerado incompatível com esse outro tratado, as disposições deste último prevalecerão.

81. De acordo com as disposições da Lei nº 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal, assinale a opção correta.

- a) Previsto na lei em apreço, o crime de promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa é, em qualquer circunstância, considerado hediondo.
- b) Para a caracterização do conceito de organização criminosa, previsto no primeiro artigo da lei em questão, é necessária apenas a cumulação dos seguintes requisitos: a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais.
- c) É obrigatória a atuação do agente policial na infiltração de agentes, uma vez que aludido dever decorre das atribuições inerentes ao cargo.
- d) A ação controlada, prevista na referida lei, sempre depende de expresso requerimento do MP e de autorização judicial prévia, para que a diligência seja efetuada.
- e) A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo MP, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, terá de ser precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.

Simulado Especial CGU – Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle - Área: Correição E Combate À Corrupção –
Pós-Edital – 27/02/22

82. A respeito das disposições da Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019), julgue os itens que se seguem.

I A prática do ato de abuso de autoridade permite a responsabilização administrativa, civil e criminal do agente, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato, no entanto, quando essas questões – via de regra – tiverem sido decididas no juízo criminal.

II A lei em apreço previu como penas restritivas de direito: a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, e a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de um a seis meses, sem a perda dos vencimentos e das vantagens.

III A conduta de quem prossegue com o interrogatório de pessoa que tenha optado por ser assistida por advogado ou defensor público, sem a presença de seu patrono (agindo dolosamente, com alguma das finalidades específicas previstas na lei em questão) constitui crime de abuso de autoridade.

IV A conduta de quem cumpre mandado de busca e apreensão domiciliar após as dezoito horas e antes das vinte horas, de um mesmo dia (agindo dolosamente, com alguma das finalidades específicas previstas na lei em apreço) constitui crime de abuso de autoridade.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

83. A respeito dos crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 13.869/2019), assinale a opção correta.

- a) A configuração de crime de abuso de autoridade independe de elemento subjetivo especial do tipo.
- b) A pena privativa de liberdade pode ser substituída por proibição de exercer, pelo prazo de 1 a 3 anos, funções de natureza policial ou militar no município onde tiver sido praticado o crime e naquele em que residir ou trabalhar a vítima.
- c) A sentença penal condenatória tem por efeito tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido ou do Ministério Público, fixar na sentença o valor mínimo da reparação.
- d) O reconhecimento de causa legal de exclusão de ilicitude na sentença penal faz coisa julgada nos âmbitos cível e administrativo-disciplinar.
- e) Constitui crime de abuso de autoridade induzir ou instigar pessoa a praticar infração penal com o fim de capturá-la em flagrante delito, fora das hipóteses previstas em lei e ressalvadas as situações de flagrante esperado, retardado, prorrogado ou diferido.

Simulado Especial CGU – Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle - Área: Correição E Combate À Corrupção –
Pós-Edital – 27/02/22

84. A respeito das organizações criminosas e infrações penais correlatas, assinale a opção correta considerada a jurisprudência dos tribunais de superposição.

- a) Os meios de obtenção de prova previstos na Lei n.º 12.850/2013 não se aplicam à investigação de qualquer infração penal, mas apenas àquelas que envolvam organização criminosa.
- b) Para o processamento e o julgamento de infrações penais relativas a organizações criminosas armadas, milícias privadas e infrações conexas, admite-se, por resolução do tribunal de justiça ou do tribunal regional federal, de forma incidental, a designação do chamado “juiz sem rosto”.
- c) O crime de impedir ou, de qualquer forma, embaraçar investigação de infração penal que envolva organização criminosa abrange condutas praticadas durante o inquérito policial, mas não durante o processo penal, quando não há mais investigação, por força da vedação à analogia in malam partem.
- d) Se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.
- e) São efeitos extrapenais automáticos da condenação definitiva por organização criminosa a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo do funcionário público e a interdição para o exercício de cargo ou função pública pelo prazo de oito anos a partir do cumprimento integral da pena.

85. A respeito das organizações criminosas e infrações penais correlatas, assinale a opção correta com base na jurisprudência dos tribunais de superposição.

- a) A colaboração premiada, inserida no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº 12.850/2013, constitui uma modalidade de justiça penal negociada, em oposição à justiça penal conflitiva.
- b) É privativa do Ministério Públíco a legitimidade para oferecer e negociar acordos de colaboração premiada, considerada a titularidade exclusiva da ação penal pública.
- c) O papel do Poder Judiciário em relação ao acordo de colaboração premiada não se restringe ao exame de sua regularidade, legalidade e voluntariedade.
- d) Após ser beneficiado por perdão ou não denunciado como resultado de acordo de colaboração premiada, c
- e) Nos depoimentos que prestar, o colaborador deverá renunciar, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, mas não estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade.

86. Em relação aos crimes de lavagem e ocultação de bens, previstos na Lei 9.613/1998, assinale a alternativa correta:

- a) O processo e julgamento dos crimes previstos na Lei 9.613/1998, não obstante tratar-se de crimes subsidiários, independe do processo e julgamento dos crimes principais antecedentes, desde que praticados no Brasil.
- b) Nos crimes de que trata a Lei 9.613/1998, são efeitos da condenação, além dos previstos no Código Penal, a interdição do exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza e de diretor, de membro de conselho de administração ou de gerência das pessoas jurídicas que tenham legalmente a obrigação de informarem atividades suspeitas (como os bancos, bolsas de mercadorias, bolsas de valores, administradoras de cartão, etc.) pelo mesmo tempo da pena privativa de liberdade aplicada.
- c) No processo dos crimes previstos na Lei 9.613/1998, o acusado que não comparecer nem constituir advogado será citado por edital e o processo ficará suspenso nos termos do art. 366 do CPP.
- d) Para apuração de crime previsto na Lei 9.613/1998, admite-se a ação controlada, mesmo quando não se tratar de organização criminosa.
- e) A Lei 9.613/1998 permite quanto à pena, redução, mitigação do regime para aberto e semiaberto, e até mesmo a não aplicação da pena ou a substituição por restritiva de direitos, ao coautor ou partícipe que colaborar espontaneamente, mas vedo o benefício de não aplicação ao autor principal.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

87. Roberta, 16 anos, namora Gabriel, 17 anos, há algum tempo, e veio a engravidar dele recentemente. O casal jamais manifestou vontade de se casar, nem tampouco de constituir união estável, optando por viver apenas um namoro. No terceiro mês de gestação, Gabriel faleceu, deixando um vasto patrimônio. Imediatamente após o fato, a mãe de Gabriel, Joana, promoveu a abertura de inventário, e se auto-declarou herdeira universal de todo os bens deixados pelo filho.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Considerando-se a relação afetiva existente entre Roberta e Gabriel, pode-se afirmar que Gabriel se emancipou nos termos da lei civil.
- b) Roberta concorrerá à herança de Gabriel juntamente a Joana.
- c) Joana será herdeira universal dos bens deixados por Gabriel.
- d) É assegurado à prole futura de Gabriel o direito subjetivo à herança, ainda que em caráter expectativo, face à tutela legal dos direitos do nascituro.
- e) Se o filho de Gabriel e Roberta nascer morto, Roberta será considerada herdeira universal dos bens deixados por Gabriel.

Simulado Especial CGU – Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle - Área: Correição E Combate À Corrupção –
Pós-Edital – 27/02/22

88. PA Móveis Ltda., empresa de fabricação de móveis, foi acionada judicialmente por CR Madeiras Ltda., empresa fornecedora de madeiras, que movimentou ação de cobrança no intuito de receber o valor de R\$ 60 mil, referente a duas remessas de madeiras de lei que até então não haviam sido pagas. No curso do processo, evidenciou-se que PA Móveis Ltda., reiteradamente, tinha valores vultosos debitados em sua conta empresarial para quitar débitos particulares de um dos seus sócios, Paulo. Além disso, um dos espaços do edifício-sede da empresa funcionava à noite como restaurante.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Será possível decretar a desconsideração da personalidade jurídica de PA Móveis Ltda. com base na teoria menor, adotada pelo Código Civil.
- b) A desconsideração da personalidade jurídica de PA Móveis Ltda. pode ser decretada por motivo desvio de finalidade, haja vista o funcionamento noturno de um restaurante numa empresa destinada à fabricação de móveis.
- c) A desconsideração da personalidade jurídica de PA Móveis Ltda. pode ser decretada por motivo de confusão patrimonial, assim entendido como o cumprimento reiterado, pela sociedade, de obrigações particulares dos sócios.
- d) Não é possível decretar a desconsideração da personalidade jurídica de PA Móveis Ltda. na hipótese apresentada.
- e) Se PA Móveis Ltda. tiver sua personalidade jurídica desconsiderada, todos os sócios responderão com seus bens particulares pela dívida contraída junto a CR Madeiras Ltda.

89. Marcelo comprou o apartamento de Vanessa pelo preço de R\$ 900 mil, tendo o referido valor sido pago à vista. Entretanto, quando da lavratura do instrumento público de compra e venda, as partes resolveram declarar o valor de R\$ 200 mil, já que parte da quantia havia sido paga com verbas não contabilizadas, e Marcelo estava receoso de se ver autuado pela Receita Federal.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O negócio jurídico realizado entre Marcelo e Vanessa é anulável por dolo recíproco.
- b) É de quatro anos o prazo decadencial para se pleitear a anulação do negócio jurídico realizado entre Marcelo e Vanessa.
- c) O negócio jurídico realizado entre Marcelo e Vanessa é plenamente válido, devendo eventuais irregularidades serem resolvidas administrativamente, junto à Receita Federal.
- d) O negócio jurídico realizado entre Marcelo e Vanessa é nulo, devendo a nulidade, no entanto, ser arguida pelo interessado, vedado o reconhecimento *ex officio* pelo juiz.
- e) O negócio jurídico realizado entre Marcelo e Vanessa pelo valor declarado de R\$ 200 mil é viciado pela simulação, o que conduz à sua nulidade, subsistindo, porém, o negócio dissimulado, por quanto válido na substância e na forma.

90. Carlos deve a importância de R\$ 5 mil a Ronaldo, em virtude de um empréstimo contraído e não pago. Ocorre que Lindalva, amiga de Carlos, procurou Ronaldo a fim pagar, em seu próprio nome, o débito em questão.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O pagamento feito por Lindalva assegura-lhe direito de reembolso contra Carlos.
- b) Após realizar o pagamento, Lindalva irá se subrogar nos direitos de Ronaldo em Carlos.
- c) Lindalva nada pode exigir de Carlos, por ter praticado mera liberalidade.
- d) Lindalva não pode realizar o pagamento sem que Carlos expressamente consinta.
- e) O local do pagamento, no silêncio do contrato, deve corresponder ao domicílio do credor, Ronaldo.

- a) I - II - III.
- b) III.
- c) I - II.
- d) II - III.
- e) II.

92. Sobre os princípios da jurisdição, analise as assertivas a seguir:

- I – De acordo com o princípio da substitutividade, a decisão judicial substitui a vontade das partes pela vontade do juiz;
- II – De acordo com o princípio da imparcialidade, o juiz não deve ter interesse pessoal no conflito;
- III – O princípio da exclusividade da jurisdição não impede a existência de juízos arbitrais.

Assinale a alternativa que contém TODAS as assertivas corretas:

- a) I -II - III.
- b) I - II.
- c) II - III.
- d) II.
- e) III.

93. Recentemente, a Lei n. 14.195/2021 alterou o Código de Processo Civil. Dentre as alterações, restou fixado prazo para a efetivação da citação, prazo contado a partir da propositura da ação. Esse prazo é de:

- a) 10 dias.
- b) 15 dias.
- c) 30 dias.
- d) 45 dias.
- e) 60 dias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

91. Analise as assertivas a seguir, a respeito dos princípios do processo civil:

I – O réu que apresenta defesa contra fato incontrovertido está amparado pelo princípio da ampla defesa, não se podendo reputar como ilícita essa conduta;

II – De acordo com o princípio da inafastabilidade da jurisdição, as decisões judiciais são obrigatórias e as partes estão obrigadas ao seu cumprimento;

III – De acordo com o princípio da *translatio judicii* (translação do juízo), que foi acolhido pelo CPC/2015, a princípio, as decisões do juízo incompetente têm seus efeitos preservados até que o juízo competente profira outra decisão.

Assinale a alternativa que contém TODAS as assertivas corretas:

94. A ação de improbidade é uma das principais ações de controle da administração pública. Por meio dessa ação, é possível aplicar penalidades civis aos administradores que cometerem ilicitude no exercício do múnus público.

Houve grande controvérsia doutrinária quanto à possibilidade de solução consensual da ação de improbidade, por meio do designado acordo de não persecução cível (ANPC). Recentemente, a Lei n. 14.230/2021 alterou a Lei de improbidade para confirmar que sim, é possível a realização de ANPC.

Sobre esse acordo, assinale a alternativa correta:

- a) qualquer órgão público pode firmar ANPC.
- b) se o agente ímparo manifestar interesse em firmar ANPC, será obrigatória a sua realização.
- c) o ANPC deve ser homologado judicialmente, ainda que não tenha sido proposta ação de improbidade.
- d) se for proferida ação condenatória, não será mais possível a realização de ANPC.
- e) da realização do ANPC deve advir, ao menos, o parcial resarcimento do dano causado.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

95. Carolina, interessada no resultado de determinada auditoria realizada no âmbito da CGU, ofereceu a quantia de R\$ 100.000,00 ao auditor responsável, Bernardo, a fim de que este atuasse ativamente para impedir decisão desfavorável. Bernardo, porém, recusou a proposta e solicitou R\$ 200.000,00 para assim proceder. Carolina recusou a contraproposta de Bernardo e o “negócio” acabou não ocorrendo.

Nesse caso, é correto afirmar que Carolina e Bernardo, respectivamente, praticaram os crimes de:

- a) corrupção passiva consumada para ambos
- b) corrupção ativa tentada e corrupção passiva tentada
- c) corrupção ativa tentada para ambos
- d) corrupção ativa consumada e corrupção passiva consumada, majoradas em um terço.
- e) corrupção ativa consumada e corrupção passiva consumada

96. Arthur é perito contábil em determinado processo criminal. Visando a beneficiar o réu Luís Felipe, Arthur elabora um laudo pericial com cálculos incorretos, conduzindo a conclusões falsas, de forma a não comprometer o amigo. O Juízo, percebendo a falsidade, determinou a extração de cópias ao MP, para apuração de eventual crime praticado por Arthur. Durante as investigações, descobre-se que Arthur, na verdade, havia recebido R\$ 20.000,00 de Luís Felipe para elaborar o laudo fraudulento.

Nesse caso, é correto afirmar que Arthur:

- a) deverá responder por crime de falsa perícia, majorado, mas sua punibilidade será extinta caso se retrate e declare a verdade antes da sentença a ser proferida no processo contra ele instaurado.
- b) deverá responder por crime de falsa perícia, majorado, mas sua punibilidade será extinta caso se retrate e declare a verdade antes da sentença a ser proferida no processo em que foi praticado o crime.
- c) deverá responder por crime de falsa perícia, sem majoração, mas sua punibilidade será extinta caso se retrate e declare a verdade antes da sentença no processo em que foi praticado o crime.
- d) deverá responder por crime de falsa perícia, sem majoração, mas ficará afastada sua culpabilidade caso se retrate antes do recebimento da denúncia.
- e) deverá responder por crime de falsa perícia, majorado, mas ficará afastada sua culpabilidade caso se retrate antes do recebimento da denúncia.

97. Quezada, auditor da CGU, apropriou-se de valores dos quais tinha a posse em razão do cargo. Uma semana depois, arrependido, Quezada procura seu superior, conta o ocorrido e devolve integralmente os valores. Não obstante, o fato é comunicado à polícia, sendo instaurado inquérito policial para apurar o caso.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) arrependimento eficaz, e Quezada fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços.
- b) arrependimento posterior, e Quezada fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços.
- c) arrependimento posterior, e Quezada fará jus a uma causa de diminuição de pena pela metade.
- d) causa de extinção da punibilidade em favor de Quezada.
- e) crime de peculato-apropriação consumado, sem redução de pena.

98. Renan, brasileiro, foi preso em flagrante Córdoba-ARG, após ser surpreendido pela polícia em sua residência com 140 cédulas de R\$ 100,00 falsificadas. Renan confessou ter falsificado as cédulas e disse que estas seriam usadas para realização de operações de câmbio no mercado paralelo local. Condenado na Argentina pelo crime praticado, Renan cumpriu pena de 01 ano de reclusão. Após cumprir sua pena naquele país, Renan decidiu por lá ficar, já que conseguiu um trabalho como vendedor na loja oficial do clube River Plate.

Nesse caso, é correto afirmar que Renan:

- a) poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo crime, mas a pena cumprida no exterior será abatida da pena a ser cumprida no Brasil.
- b) não poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo crime, eis que não se trata de hipótese de extraterritorialidade.

Simulado Especial CGU – Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle - Área: Correição E Combate À Corrupção –
Pós-Edital – 27/02/22

- c) poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo crime, sendo irrelevante o fato de ter sido condenado no estrangeiro, e a pena cumprida no exterior não será abatida na pena a ser cumprida no Brasil.
- d) não poderá ser julgado no Brasil pelo mesmo crime, eis que já condenado no estrangeiro pelo mesmo fato, na medida em que se trata de hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- e) somente poderá ser julgado, no Brasil, pelo mesmo fato, caso retorne ao país.

99. Sobre a ação penal privada subsidiária da pública, assinale a alternativa correta:

- a) a ação penal privada subsidiária da pública, embora prevista expressamente no CPP, não foi recepcionada pela Constituição Federal, conforme compreensão doutrinária dominante.
- b) em caso de negligência do querelante no curso da ação penal privada subsidiária, deverá o Juiz reconhecer a ocorrência de perempção.
- c) dada sua atuação como assistente litisconsorcial, o MP poderá aditar a denúncia, inclusive em relação a aspectos essenciais
- d) deverá ser ajuizada pela vítima no prazo decadencial de 06 meses, a contar da data da ciência da autoria delitiva.
- e) será cabível o manejo da queixa-crime subsidiária em caso de arquivamento do inquérito policial pelo MP.

100. Sobre o tema de provas, assinale a alternativa incorreta:

- a) São admissíveis as provas derivadas das ilícitas quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- b) O silêncio é direito do réu e não constitui confissão, nem poderá ser interpretado em prejuízo da defesa
- c) Não será computada como testemunha a pessoa que nada souber que interesse à decisão da causa.
- d) Admite-se a utilização de prova emprestada no processo penal, desde que assegurado o contraditório.
- e) A falta de informação ao interrogando sobre o direito ao silêncio é causa de nulidade absoluta.

101. Nos termos do CPP, a lei processual penal se aplicará desde logo, inclusive aos processos que já estão em curso, mas não prejudicará a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, consagrando, assim, o princípio do efeito imediato da lei processual penal. Nesse caso, podemos dizer que foi adotado o sistema:

- a) da ubiquidade
- b) da unidade processual
- c) do isolamento das fases processuais
- d) do isolamento dos atos processuais
- e) misto

102. Jordi praticou crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa), tendo sido instaurado inquérito policial para investigar o fato. No curso do inquérito, a autoridade policial recebeu notícia, por meio do defensor constituído, de que Jordi havia falecido, tendo sido apresentada certidão de óbito pelo referido causídico.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o inquérito policial seguirá seu curso normal, pois a morte do infrator não é causa de extinção da punibilidade.
- b) a própria autoridade policial poderá, excepcionalmente, mandar arquivar os autos do inquérito, dada a existência de causa de extinção da punibilidade.
- c) o arquivamento do inquérito policial não fará coisa julgada material, em hipótese alguma.
- d) o arquivamento do inquérito policial fará coisa julgada material, ainda que se comprove tratar-se de certidão de óbito falsa.
- e) o arquivamento do inquérito policial fará coisa julgada material, mas caso se comprove que a certidão de óbito é falsa, poderá ser retomada a persecução penal, conforme entendimento do STJ.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

103. Carlos exerce atividade econômica de maneira organizada e profissional para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. A partir dessa realidade marque a opção correta:

- a) Carlos será considerado empresário se fizer a sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
- b) Carlos será considerado empresário se exercer atividade intelectual de natureza científica, literária ou artística, desde que essa profissão seja um elemento de empresa.
- c) Carlos é obrigado a fazer a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis em até trinta dias após o início de sua atividade.
- d) Carlos será considerado comerciante por praticar atos de comércio nos termos da atual legislação.
- e) Carlos não poderá ser considerado empresário se a sua atividade for rural.

104. Eduardo é um empresário individual que mantém sua atividade com habitualidade e de maneira organizada. O exercício dessa atividade configura o sustento de sua família. No entanto, em função de um grave acidente torna-se incapaz. Nesse caso, analise os itens abaixo e marque a opção que coaduna com a legislação em vigor:

- a) Eduardo não poderia ter iniciado a atividade empresarial, pois não há permissão legal para que incapaz inicie uma empresa como empresário individual.
- b) A continuidade da atividade empresarial exercida por Eduardo não pode mais ocorrer em função de sua incapacidade superveniente.
- c) A lei admite sim que, mesmo tornando-se incapaz, Eduardo possa continuar o exercício da empresa, porém faz-se necessário, nesse caso, a autorização judicial.
- d) Eduardo deverá aguardar o retorno da sua capacidade plena para poder voltar a ser empresário.
- e) Eduardo só poderá continuar sendo empresário se a sua incapacidade for temporária e havendo plenas possibilidades de condições de que volte ao exercício da sua atividade.

105. Sobre o enquadramento de quem exerce atividade econômica como microempresa ou empresa de pequeno porte. A lei prevê algumas situações jurídicas que impedem o enquadramento como ME e EPP, diante dessa previsão, marque a opção correta nos termos da lei que versa sobre esse tema. Podem enquadrar-se no conceito de ME e EPP e beneficiar-se das previsões da lei:

- a) as sociedades simples.
- b) a pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- c) a pessoa jurídica que participe do capital de outra pessoa jurídica.

d) as sociedades anônimas.

e) a pessoa jurídica que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior

106. A autonomia patrimonial atribuída às pessoas jurídicas em relação a seus sócios é um importante instituto para o nosso ordenamento. A regra de que o patrimônio da sociedade é distinto do de seus sócios é um importante instrumento de incentivo à atividade econômica. Isso se dá em função do conceito de personalidade jurídica atribuído aos que exercem atividade econômica por meio de pessoa jurídica, como as sociedades por exemplo. Nos casos de abuso dessa personalidade poderá acarretar a aplicação da chamada teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Nesses termos marque a opção correta:

- a) Essa teoria é uma construção doutrinária e jurisprudência com plena aplicação nos tribunais, porém não há previsão legal expressa sobre o tema.
- b) A teoria da desconsideração inversa é tratada apenas pela doutrina minoritária, por isso não é aplicável nos casos de abuso de personalidade por falta de fundamentação.
- c) O abuso da personalidade jurídica para aplicação da desconsideração deve ser caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- d) O Código Civil estabelece a regra aplicável sobre a teoria da desconsideração, de maneira que os demais dispositivos legais sobre o tema foram tacitamente revogados.
- e) São considerados sinônimos para todos os efeitos os conceitos de desconsideração, despersonalização e extinção das pessoas jurídica.

107. José resolve montar com seu primo João uma sociedade. João está decidido que não quer aparecer e reforça o fato de que não quer que nenhuma das pessoas que for negociar com a sociedade saiba que ele faz parte dessa sociedade. Nesses termos, marque a opção que atende a demanda de José e João nos termos da legislação em vigor:

- a) a melhor opção para José e João é montar uma sociedade em comum, pois assim todos respondem solidariamente e por ser uma sociedade sem personalidade jurídica, João não será conhecido.
- b) José deve montar uma sociedade limitada unipessoal e João deve ser empresário individual, assim, eles poderão ser empresários e dividir os lucros dessa atividade sem que as demais pessoas saibam que são sócios.
- c) José e João não podem ser sócios, pois são irmãos de mesmo pai e mesma mãe e por isso enquadram-se no conceito de impedidos legais de serem empresários juntos.
- d) José e João podem montar uma sociedade simples, pois nesse tipo de sociedade admite-se que a contribuição ao capital social seja feita em serviços, por isso, José que vai aparecer nas negociações será esse prestador de serviços e João que não quer aparecer poderá apenas ser um investidor.
- e) a melhor opção, nesse caso, seria montar uma sociedade em conta de participação, é um tipo societário sem personalidade jurídica, mas que atende as demandas de José e João.

108. A sociedade limitada admite que se tenha administrador pessoa sócia, mas também permite que um não sócio seja administrador. Nesses termos, a lei estabelece quórum específico para a designação de administrador não sócio e outras regras. Marque a opção que coaduna com o regramento atualmente em vigor sobre as sociedades limitadas:

- a) Com capital social totalmente integralizado, o quórum necessário para a designação de administrador não sócio será de dois terços do capital social.
- b) Nos casos em que o capital social ainda não está totalmente integralizado, a lei prevê que será necessário para aprovação de administrador não sócio o quórum de três quartos do capital social.
- c) A designação de administrador de sociedade limitada sempre deverá ser feita no contrato social, seja esse administrador um sócio ou um não sócio.
- d) A administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade, já que se trata de uma cláusula genérica que precisa ser respeitada enquanto estiver válida.
- e) Pode ser administrador de uma sociedade limitada tanto pessoa física capaz como pessoa jurídica especializada.

109. A sociedade anônima TODOS ANTENADOS S.A pretende emitir valores mobiliários para angariar recursos a serem utilizados na expansão de suas atividades. A companhia vai emitir debêntures, sobre esses valores e os dispositivos legais, marque a opção correta:

- a) A companhia poderá efetuar mais de uma emissão de debêntures, mas as emissões não podem ser divididas em séries.
- b) É vedada à companhia adquirir debêntures de sua emissão por valor igual ou inferior ao nominal.
- c) A debênture poderá assegurar ao seu titular juros fixos, mas não juros variáveis, participação no lucro da companhia e prêmio de reembolso.
- d) A debênture poderá, conforme dispuser a escritura de emissão, ter garantia real, pessoal ou flutuante, não gozar de preferência ou ser subordinada aos demais credores da companhia.
- e) A companhia poderá emitir debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e, se houver, do certificado.

110. Várias sociedades, companhias e pessoas jurídica decidem fazer reestruturações em suas composições. A sociedade limitada SEMPRE ALERTA LTDA decide ser encerrada e passar tudo para a companhia DEIXA COMIGO S.A que assume todos os direitos e obrigações da limitada. Essa operação societária é uma:

- a) transformação.
- b) fusão.
- c) cisão.
- d) incorporação.
- e) dissolução.

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-CGU-Correição-E-Combate-à-Corrupção-27-02-22>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>